

## **DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE ALFENAS-MG**

*Ana Carolina Sabino dos Santos<sup>id1</sup>, Maria Cristina da Silva<sup>id2</sup> e Sandra de Souza Alves<sup>id3</sup>*

### **Resumo**

O presente artigo busca relatar quais são os desafios encontrados pelos professores de apoio em ambiente escolar (PAAE) e os professores do atendimento educacional especializado (AEE), com o intuito de verificar como tem ocorrido o processo de inclusão dos alunos Público-Alvo da Educação Especial na educação básica, sobretudo no Ensino Fundamental I, das escolas municipais da cidade de Alfenas-MG. Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa de campo, com viés qualitativo, tendo como método de coleta de dados a entrevista e aplicação de questionários. Participaram do estudo (n=20) professores, dentre PAAE e professores do AEE distribuídos em cinco escolas municipais da cidade de Alfenas-MG. A análise de conteúdo possibilitou a identificação de três categorias temáticas: 1. Falta de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência; 2. A falta de apoio e a não aceitação da família; 3. O despreparo de profissionais de Educação para o atendimento dos alunos com deficiência. A pesquisa evidenciou que mesmo com tantas legislações em prol da Educação Inclusiva, ainda assim, nos deparamos com barreiras que permeiam a realidade das instituições escolares, que perpassam o pedagógico, mas que ainda necessitam de ações que ampliem os recursos à acessibilidade para que, de fato, o processo de escolarização dos alunos com deficiência possa se dar com mais equidade.

**Palavras-chave:** Desafios; Inclusão; Educação Especial; Ensino Fundamental I.

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (UNIFENAS). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

<sup>2</sup>Graduada em Letras, Especialista em Metodologia do Ensino. Especialista em Educação Especial. Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (UNIFENAS).

<sup>3</sup>Graduada em Administração pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (UNIFENAS). Pós-graduada em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais pela UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá. Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (UNIFENAS).



## **CHALLENGES OF THE SCHOOL INCLUSION OF THE TARGET PUBLIC OF SPECIAL EDUCATION IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF THE CITY OF ALFENAS MG**

### **Abstract**

This article seeks to report the challenges encountered by support teachers in the school environment (PAAE) and Specialized Educational Assistance (AEE) teachers, with the aim of verifying how the process of inclusion of students in Education has been carried out. Special in basic education, especially in Elementary School I, of municipal schools in the city of Alfenas-MG. In order to carry out this study, a field survey was carried out, with a qualitative bias, using interviews and questionnaires as data collection methods. Teachers (n=20) participated in the study, among PAAE and AEE teachers distributed in five municipal schools in the city of Alfenas-MG. Content analysis enabled the identification of three thematic categories: 1. Lack of resources to care for students with disabilities; 2. Lack of support and non-acceptance from the family; 3. The unpreparedness of education professionals to assist students with disabilities. The research showed that even with so many laws in favor of Inclusive Education, we are still faced with barriers that permeate the reality of school institutions, which permeate the pedagogical, but which still require actions that expand resources to accessibility so that, In fact, the process of schooling students with disabilities can be more equitable.

**Keywords:** Challenges; Inclusion; Special education; Elementary School.

### **1. Introdução**

O processo de inclusão educacional é algo que vem sendo construído e discutido por um longo tempo, principalmente no que se refere à inclusão escolar de alunos com deficiência, que outrora passaram por um longo período de exclusão, eram marginalizados e excluídos completamente da vida em sociedade, não tendo o direito de exercerem sua cidadania, e estarem inclusos nas instituições escolares. Após um longo período de direitos negados às pessoas com deficiência, no que se refere à educação, o Brasil veio buscando por meio de leis e bases legais que regulamentassem e dessem voz às pessoas que até então tinham seus direitos negados, que após muitas lutas e militâncias das pessoas com deficiência, muitas mudanças vieram a ocorrer, como o surgimento de legislações que respaldassem e garantissem o direito à educação de todas as pessoas, que antes tinham seus direitos humanos violados, ao serem excluídas e segregadas dos espaços sociais.

Com isso, o primeiro documento que veio a surgir na perspectiva inclusiva foi a Declaração de Salamanca, criado com a finalidade de ressaltar a



importância do direito à educação e a necessidade de se ter políticas educacionais que atendessem a todos de forma igualitária e que os sistemas de ensino levassem em consideração a vasta diversidade e características específicas dos alunos. É a partir daí que se começa a construir documentos legais que respaldam e reconhecem a educação inclusiva, especificamente no que se refere aos alunos público-alvo da educação especial, criando-se assim, a Constituição Federal em 1988, que regulamenta os direitos de toda a educação de qualidade, a Política Nacional de Educação Especial em 1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, e entre outras legislações, que foram sendo construídas, na perspectiva de se promover uma educação de qualidade para todos.

No entanto, apesar de todos esses avanços da Educação Inclusiva, para com os alunos com deficiência, com legislações que respaldam e garantem o direito a essas pessoas, a educação e o acesso às escolas, ainda existem muitos desafios que se tornam barreiras no processo de escolarização e inclusão dos alunos com deficiência. Assim, é preciso compreender, de fato, porque ainda existem impedimentos no processo de escolarização desses alunos, mesmo com tantas leis, decretos e bases legais. Para tal compreensão é preciso visualizar, na prática, com a realidade e vivências dentro das instituições escolares.

Diante disso, o presente artigo irá ressaltar quais são os desafios encontrados pelos professores, que dificultam a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas, neste estudo especificamente no Ensino Fundamental I.

Sendo assim, o referido estudo busca responder às seguintes indagações: Em que medida os entraves e desafios influenciam na permanência dos alunos com deficiência no processo de escolarização? E quais as percepções dos professores sobre esses entraves e desafios? Sendo eles os autores do processo educativo e inclusivo nas instituições escolares. Para responder a essas indagações, este artigo tem como objetivo relatar os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão e permanência dos alunos com deficiência no Ensino Fundamental I, a partir de um estudo de campo feito nas escolas municipais da cidade Alfenas-MG, foram alvo deste estudo, professores que lecionam para alunos com deficiências.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 Um olhar para terminologias**

Para melhor compreender este estudo é preciso entender o termo "deficiência", e como esse termo foi sendo usado ao longo da história até a perspectiva que se tem hoje. Para isso é preciso pontuar a forma como as



peessoas com deficiências eram vistas pela sociedade. Ao longo da história, o conceito de deficiência e a forma como as pessoas com deficiência eram vistas foi passando por diversas mudanças. Na idade média as pessoas com deficiência eram vistas como amaldiçoadas, eram mortas e eliminadas do convívio social, nesse período, as deficiências eram vistas como uma forma de castigo divino. Acreditava-se que as deficiências eram provocadas como forma de castigo pelos maus espíritos (PEREIRA; SARAIVA, 2017). Nessa perspectiva histórica, a forma como se referiam às pessoas que possuíam algum tipo de deficiência era marcada por termos pejorativos, termos como: anormal, retardado, inválido, débil, estes termos eram frequentemente usados (ASSIS, OLIVEIRA; LOURENÇO, 2020 *apud* NEPOMUCENO; ASSIS; FREITAS, 2020).

Para compreender melhor essas terminologias utiliza-se o estudo de Sassaki (2003), o qual demonstra como as terminologias relacionadas às pessoas com deficiência foram carregadas de preconceitos ao longo da história. Nas décadas de 1960 a 1980 os termos utilizados para se referir às pessoas com deficiência eram:

*Incapacitados:* Refere-se às pessoas que não possui nenhuma capacidade

*Defeituoso:* Pessoas com algum tipo de deformidade.

*Deficiente:* "indivíduos com deficiência" física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade

*Excepcionais:* O termo se referia às pessoas com deficiência mental (SASSAKI, 2003, p. 12-16).

A partir da década de 1988 até meados de 1996 os termos pejorativos ainda eram usados para referir às pessoas com deficiência, termos como "pessoas portadoras de deficiência" e "pessoas com necessidades especiais", terminologias que ainda carregam o preconceito e uma visão excludente em relação à pessoa com deficiência. Visto que, as pessoas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos, por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva (SASSAKI, 2003).

Sobre isso, a Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos afirma que a pessoa não é portadora de deficiência, mas sim uma pessoa que possui uma deficiência (BRASIL, 2010). A partir de então, torna-se oficial o uso de "pessoa com deficiência", tendo que a pessoa vem primeiro que sua deficiência. Assim, ao se discutir sobre terminologia é preciso ressaltar que a discussão sobre tais questões é fundamental para entender a forma como as

peças com deficiências foram estigmatizadas ao longo da construção histórica da sociedade. Sobre isso Sassaki (2002) menciona que

usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que vários milhões de pessoas possuem no Brasil (SASSAKI, 2002, p. 6).

Dessa forma ao se dizer que tal termo é correto estamos nos referindo aos valores vigentes que o torna correto à medida que vão sendo substituídos por novas percepções que quebram paradigmas e que vão eliminando práticas discriminatórias que são rodeadas principalmente na forma como nos referimos a pessoas, principalmente as pessoas com deficiência que ao longo dos tempos foram impregnadas de práticas discriminatórias (SASSAKI, 2002).

Na sequência, serão abordados os fundamentos da Educação Inclusiva no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares, buscando compreender a perspectiva de uma Educação Inclusiva.

## **2.2 Fundamentos da Educação Inclusiva**

Quando se fala em Educação Inclusiva, é preciso trazer em pauta o que de fato esse termo se refere, e quais os fundamentos e implicações que pressupõe uma educação pautada na inclusão. A Educação Inclusiva é um processo que envolve a consolidação de uma Educação para todos (CIRÍACO, 2020). O princípio de inclusão se fundamenta na perspectiva de reconhecer e aceitar a diversidade da vida em sociedade, ou seja, promover e garantir o acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das individualidades de cada pessoa ou grupo social (ARANHA, 2001). Assim, uma Educação Inclusiva envolve uma escola que seja aberta à diversidade, ou seja, uma escola que respeite a heterogeneidade dos alunos.

Dessa forma, a escola sendo uma instância social tem um papel fundamental em promover a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, devendo pautar-se também de fundamentos inclusivos, visto que “a educação, é um direito de todos [...] e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 10).

A escola deve promover a inclusão dos alunos em seus espaços, independentes de questões físicas, sensoriais, intelectuais, econômicas e étnicas. Conforme cita a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a educação constitui um

direito da pessoa com deficiência, assegurados o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

Portanto, é preciso enfatizar que a Inclusão vai muito além da matrícula dos alunos com deficiência nas escolas, uma vez que a inclusão é um processo que envolve um conjunto de ações que devem garantir “o ingresso e a permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 344-345), ou seja, uma educação que promova não só a matrícula dos alunos com deficiência, mas uma educação que tenha como princípio o desenvolvimento pleno dos alunos, de acordo com as suas individualidades e especificidades.

De tal modo, é essencial salientar que o só o acesso aos espaços escolares não é definitivamente dizer que está incluindo, mas sim realizando o processo de integração, conceitos este que muitas vezes podem trazer uma definição contrária e irreal do que é a inclusão. Ao falarmos de integração estamos nos referindo ao acesso aos espaços, ou seja, os alunos com deficiência estão inseridos nas escolas, mas é dever do aluno se ajustar às classes regulares de ensino (FACION, 2005).

Já a inclusão “pressupõe a modificação e a adequação dos sistemas sociais vigentes de tal maneira que sejam eliminados os diversos fatores que contribuem para a exclusão de pessoas” (FRANCO, 2009, p. 37). Indo além do acesso aos espaços, mas que tais espaços possam, além de inserir, promover o desenvolvimento dos indivíduos de acordo com as suas individualidades, promovendo o melhor desenvolvimento e acordo com as suas subjetividades.

Com o intuito de compreender a proposta da atual Educação inclusiva, o próximo tópico traz uma retrospectiva histórica para compreender melhor o processo de escolarização das pessoas com deficiência.



## 2.3 Quais os desafios na inclusão escolar?

O processo de escolarização das pessoas com deficiência muitas vezes é respaldado por diversas barreiras e desafios que, na maioria das vezes, podem refletir na exclusão e evasão escolar de alunos com deficiência no processo escolar. Para compreendermos melhor tais questões é preciso entender o que de fato são barreiras e como as mesmas podem se tornar desafios no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência.

Segundo a Lei 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão, “lei destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015), define barreira como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão” (BRASIL, 2015, pág.02)

Dessa forma, é possível compreender que as barreiras são impedimentos que cercam a acessibilidade de pessoas em determinados lugares. Sassaki questiona que existem barreiras que dificultam a acessibilidade, e que essas barreiras podem ser:

arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p. 1).

No que diz respeito às barreiras arquitetônicas, estamos nos referindo a obstáculos que dificultam e limitam o acesso das pessoas aos espaços e ambientes. No que tange o ambiente escolar, esses espaços devem ser pensados e preparados para receber os alunos com “deficiência ou mobilidade reduzida, que tenha mobílias, equipamentos, iluminação, áreas de circulação, banheiros, salas de aula e demais recintos que respeitem as condições de acesso a todos os presentes, estando à escola responsável por garantir todos os ajustes e recursos necessários sempre que preciso” (BARBALHO; LEMOS, 2018, p. 06).

Podemos pontuar alguns exemplos de barreira arquitetônica nas escolas, por exemplo, a falta de banheiros adaptados e de rampas para cadeirantes, escadas sem corrimões, maçanetas de portas roliças, portas de

salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas, corredores estreitos, pouca luminosidade, dentre outras (MENDONÇA, 2013, p. 07).

As barreiras comunicacionais são impedimentos e falhas que acontecem na comunicação, segundo a Lei Brasileira de Inclusão a comunicação são “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil”.

Assim, a falha na comunicação ou falta da mesma, pode gerar consequências na aprendizagem dos alunos e na inserção dos mesmos nos espaços escolares, uma vez que, pequenas falhas de comunicação, podem gerar falhas e consequências na forma como a aprendizagem é disponibilizada podendo isso influenciar no desempenho dos alunos (MENDONÇA, 2013).

Os impasses ligados às questões metodológicas se referem às formas e metodologias de aprendizagem, ou seja, uma prática pedagógica pautada no uso de materiais e ferramentas adequados às necessidades dos alunos (SASSAKI, 2009). A barreira metodológica se faz no momento em que não se organiza uma metodologia de ensino que seja abrangente a todos os alunos, e que possa atender as necessidades dos alunos. A barreira instrumental a qual se refere aos instrumentos usados no processo de ensino, de modo que facilite a aprendizagem. Tal barreira acontece quando “ferramentas e utensílios que impedem ou dificultam o seu uso por alunos com deficiência” (SASSAKI 2009, p. 5). ”.

Os entraves e barreiras encontrados e embutidos em documentos institucionais é a barreira a qual se denomina programática. Tais barreiras são vistas nos currículos escolares, ou seja, Projetos Políticos Pedagógicos que não levem em consideração alunos com deficiência, assim para quebrar com a barreira programática é preciso uma

revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da escola, a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar. Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca (SASSAKI, 2009, p. 5).

Por fim, a barreira atitudinal, entrave que norteia todos os empecilhos e barreiras até então relatados, a qual se relaciona a atitudes e comportamentos exclusivos que acabam por realçar preconceitos e estereótipos. Lima e Tavares (2012, pág. 104) definem barreiras atitudinais como sendo barreiras “sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões [...] resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais”.



### 3. Metodologia

O estudo sobre os Desafios na inclusão de alunos com deficiência no Ensino Fundamental I, retratado neste artigo, caracterizou-se como uma pesquisa prática de campo, fundamentando-se nos pressupostos de uma pesquisa qualitativa. O instrumento de coleta de dados adotado foi o de aplicação de questionário aberto realizado através do *Google Forms* e por meio de entrevista semiestruturada, realizadas pelo *Google Meet*, tendo em vista, o contexto pandêmico da Covid-19, que impossibilitou a entrevista no formato presencial.

A população investigada, neste estudo, foram os professores de apoio em ambiente escolar (PAAE) e os professores do AEE de cinco escolas municipais da cidade de Alfenas-MG. A escolha das escolas foi sugerida pela Secretaria de Educação, sendo selecionadas as que possuem o Ensino Fundamental I e que atendem alunos com deficiência. Assim, o principal critério para participar do estudo era que os sujeitos deveriam ser professores do Ensino Fundamental I, e lecionar ou ter lecionado para alunos com deficiência.

Assim, para a realização desta pesquisa o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Prof. Edson Antônio Vellano - UNIFENAS, sob o parecer 49258921.90000.5143, seguindo, portanto, a legislação brasileira aplicada à ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

### 4. Resultados e discussões

Os dados obtidos, neste estudo, foram coletados no final do ano de 2021. Essa pesquisa foi realizada com cinco escolas municipais da cidade de Alfenas-MG, sendo enfatizado neste estudo a participação de (n=20) professores, sendo estes, (n=7) PAAE e (n=12) professores do AEE, na qual são identificados como P1, P2, P3, P4, P5... P20. Desse total, (n=18) são do sexo feminino e apenas (n=2) do sexo masculino, sendo que (n=11) deles têm idade acima de 40 anos, (n=7) com idade entre 30 a 40 anos e apenas (n=1) com idade menor que 30 anos. Em relação à experiência profissional foi possível constatar que a maioria dos professores possuem de 5 anos a 10 anos de experiência, trabalhando com alunos com deficiência, atuando na sala de recursos ou como professor de apoio.

No que diz respeito à formação desses professores, notou-se que treze professores possuem mais de uma formação continuada em Educação Inclusiva no que tange à Educação Especial, quatro possuem apenas uma formação em Educação Inclusiva, e três não possuem nenhuma formação continuada em Educação Especial, não tendo nenhum participante com mestrado ou doutorado.

Antes de discutirmos sobre os desafios no processo de escolarização dos alunos com deficiências, iremos compreender qual a concepção de inclusão que os professores pesquisados possuem. Ao perguntar para os professores o que eles entendem por inclusão escolar, dos 20 professores, apenas 17 responderam ao questionário aberto.

Com relação à concepção de inclusão observou-se que, a grande maioria dos professores pontuou como sendo inclusão escolar: Escola acessível, Interação social; reconhecer que a pessoa com qualquer tipo de deficiência é capaz de aprender no seu tempo; Inserção do aluno com deficiência; Inclusão é respeito e igualdade; incluir o aluno nas atividades da sala; ambiente acolhedor para todos os tipos de crianças.

Percebe-se que a perspectiva de inclusão que os professores pesquisados possuem possui um viés integracionista, ao pontuar que a inclusão escolar é “inserção do aluno com deficiência” na escola, nota-se a perspectiva de integração escolar, que busca adaptar o aluno aos moldes da escola, na qual ele estando inserido e matriculado já é inclusão, pois não, o processo de inclusão escolar envolve um todo. Para Mantoan (2006)

não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais (MANTOAN, 2006, p. 31).

Se juntássemos todos os sete pontos acima mostrados em uma única resposta teríamos o processo de inclusão, pois a inclusão escolar vai muito além da inserção na escola, mas se refere a um processo que envolve desde a inserção no espaço até o pleno desenvolvimento do aluno na instituição escolar, sendo participante ativo de todas as atividades postas na sala de aula e na escola, cabendo à escola se adaptar/flexibilizar para promover um ensino-aprendizagem significativo.

Após uma longa leitura dos questionários e a análise dos dados empíricos das entrevistas realizadas com os professores foi possível identificar que os principais desafios vivenciados pelos mesmos, no que se refere à inclusão dos alunos com deficiência se baseiam: Falta de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência; A falta de apoio e a não aceitação da família; O despreparo de profissionais de Educação para o atendimento dos alunos com deficiência.

## **A falta de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência**

O núcleo de significação “A falta de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência” traz algumas considerações relacionadas aos desafios relacionados à falta de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência, que acabam se tornando barreiras no processo de escolarização desses alunos. A construção desse núcleo foi feita a partir das falas dos professores entrevistados e das respostas ao questionário aberto. Dentro dessa perspectiva de recursos para o atendimento dos alunos com deficiência é enfatizado pelos professores a falta de recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos.

A seguir, serão explicitados esses temas através das falas dos professores investigados.

Um dos desafios mencionados pelos professores é a questão da falta de recursos de acessibilidade para os alunos com deficiência nas escolas municipais. A professora P1 menciona que “Os desafios que eu percebo no processo de escolarização que atrapalham a escolarização dos alunos com deficiência é a falta de recursos para a acessibilidade”.

Diante disso, é preciso enfatizar do que se tratam os recursos de acessibilidade, para isso é necessário ressaltar uma menção da Lei Brasileira de Inclusão, que define acessibilidade como sendo a melhor

condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 1).

Percebe-se assim, que a acessibilidade vai além das instituições escolares, é um recurso que deve permear todos os espaços públicos. Em relação à acessibilidade no contexto educacional, Manzini (2014) menciona que, na educação, a acessibilidade deve se dar como uma condição que proporcione aos alunos a utilização, “com segurança e autonomia total ou assistida, de todos os espaços escolares, bem como os mobiliários, equipamentos, dos serviços de transporte escolares e dos dispositivos, sistemas e meios de informação e comunicação na escola” (MANZINI, 2014, p. 67).

Na pesquisa, foi pontuado por alguns professores, que as escolas onde trabalham necessitam de algumas reformulações no que tange aos aspectos arquitetônicos, para melhorar o atendimento dos alunos com deficiência. As

professoras apontam que elas fariam as seguintes mudanças nas instituições a qual trabalham

P8 – Acrescentaria mais um banheiro para cadeirante, mas acho que falta um pouco mais de investimento com recursos de tecnologia assistiva.

P11 – sinalização para alunos surdos e com baixa visão, salas mais amplas e equipadas, melhor acesso às tecnologias da informação.

P15 – Colocaria uma sala de comunicação alternativa com equipamentos atualizados

P16 – colocaria mais rampas, menos escadas, carteiras adaptadas, materiais concretos e maior disposição de dispositivos tecnológicos para trabalhar o lúdico e o educativo [...] A falta de adequação geral da escola, em relação a esses alunos com necessidades especiais, como a formação de professores de apoio, espaços dedicados a esses alunos, espaços adaptados, materiais pedagógicos.

A partir dos depoimentos dos professores, nota-se que as escolas municipais pesquisadas necessitam de algumas reestruturações arquitetônicas, no entanto, percebe-se que é pontuado com grande frequência pelos professores a falta de tecnologia assistiva como recurso de acessibilidade, mas que também pode ser visto como recurso pedagógico.

### **A falta de apoio e a não aceitação da família**

Esse núcleo de significação discute o desafio relacionado à falta de apoio e a não aceitação das famílias com relação à deficiência dos filhos, com esse núcleo, foi possível perceber a importância da família no processo de escolarização, ainda mais dos alunos com deficiência, sendo que a falta de apoio e até mesmo a não aceitação da família pode interferir, significativamente, no desenvolvimento do aluno e no processo de escolarização do mesmo.

Nas falas dos professores pesquisados é nítida essa percepção com relação à família, assim, é pertinente destacar o depoimento de quatro professores que mencionam que um dos impedimentos no processo da escolarização dos alunos com deficiência é a falta de conhecimento da família e a não aceitação da deficiência.

A professora P8 menciona que

A falta de conhecimento e informação da família, porque muitas vezes a gente conversa com a família e fala que a criança pode ter alguma coisa, explica de forma que a pessoa possa entender, mas o que acontece é que na maioria das vezes os pais não querem aceitar que os filhos têm alguma coisa, têm uma deficiência. Eles não aceitam nem a avaliação da escola não consegue levar a um especialista, fechar um laudo. Às vezes a família fala: Ah é birra de criança ela quer chamar atenção, e a gente vê que não é. Quando tem o apoio da família e a aceitação você vai embora, consegue desenvolver com a criança, a família ajuda em casa, mas quando não tem esse apoio fica muito difícil de trabalhar – P8

Nota-se, no depoimento da professora P8, que muitos pais não aceitam que os filhos possuem alguma deficiência, e isso acaba dificultando o trabalho pedagógico em sala de aula, tendo em vista, que os pais e a família devem ser parceiros da escola, para que assim a instituição escolar possa realizar melhor o trabalho pedagógico, indo de encontro às especificidades do aluno, para que assim, a inclusão possa ocorrer e funcionar de maneira mais efetiva (MENDES, 2014).

A professora P2 salienta que uns dos impedimentos no processo de inclusão e escolarização dos alunos com deficiência no Ensino Fundamental I é da própria família que não aceita adaptação e flexibilização para os seus filhos, a professora relatou:

O impedimento e desafio, normalmente, são com a própria família, tem família que vira pra mim e fala: “Eu não quero adaptações, eu não quero que o meu filho seja diferente”. A própria família chega para você e fala isso, os pais querem que os filhos tenham os direitos, mas não querem que um professor de apoio fique acompanhando, e o filho dessa pessoa não dá conta de ficar sozinho em sala de aula, é uma coisa que eu acho estranho. Eu não compreendo às vezes, mas a família sabe que o filho precisa de uma ajuda, mas não quer adaptação, eles querem a normalidade. Então, eu acho que essa questão de aceitação familiar é uma coisa que atrapalha às vezes na escola. Fica muito complicado nesse contexto, porque dentro do PPP (projeto político pedagógico) já existem as cláusulas que facilitam essa flexibilização, tanto que o planejamento é totalmente flexível – P2

Esses apontamentos levantados pela professora P2 remetem à grande dificuldade que se tem com relação a aceitação de famílias de alunos com deficiência, principalmente com relação aos trabalhos pedagógicos, às adaptações realizadas em sala de aula, e também à questão da aceitação de um professor de apoio. Normalmente, essa situação é vista inversa, na grande

maioria dos casos, as escolas que não disponibilizam professor de apoio, ou até mesmo não matriculam alunos com deficiência.

Diante disso, cabe ressaltar que tal atitude é vista como crime, as escolas que recusarem ou negarem matrícula a um aluno com deficiência estará cometendo um crime punível com reclusão de dois a cinco anos e também estará sujeita à multa (BRASIL, 2015).

O direito ao professor de apoio é garantido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão. A lei menciona a garantia de um

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p. 2).

No caso mencionado pela professora percebe-se algo totalmente diferente, os próprios pais que não aceitam o acompanhamento de um professor de apoio, por não aceitarem a diferença, ou até mesmo por não acreditarem que seu filho tem alguma deficiência que necessita de um profissional de apoio.

Ainda na esteira dessa discussão é importante pontuar a questão do Projeto Político Pedagógico (PPP), com a pesquisa, foi possível perceber que dos 20 professores pesquisados, 7 não tinham conhecimento, ou não possuíam clareza do PPP da escola em que atua, principalmente nas abordagens relacionadas aos alunos públicos da Educação Especial.

Outros professores pesquisados também possuem essa percepção com relação à família dos alunos com deficiência, vale destacar as seguintes falas:

P11- Percebo que a falta de conhecimento e aceitação por parte das famílias e em alguns casos de docentes tem reforçado e contribuído para aumento das desigualdades.

P17 - Percebo que uma das maiores dificuldades está em relação à família. Pois, muitas vezes tem dificuldade em aceitar o diagnóstico e ao mesmo tempo há também uma superproteção.

P15 - O apoio e a busca de conhecimento por parte de pais e demais profissionais

Diante disso, percebe-se que a falta de apoio e a não aceitação da família se torna um grande desafio no que tange o processo de escolarização dos alunos com deficiência, conforme visto nas falas dos professores



pesquisados, percebe-se que a família é um grande parceiro no processo de escolarização dos alunos com deficiência.

Portanto, nota-se a importância da família no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, tendo em vista que esse processo deve se dar em conjunto com a instituição escolar, para que assim seja possível possibilitar vivências para os alunos, sendo relevante e necessário que haja estreitamento de relações entre a entidade familiar e o espaço escolar. Juntas, em cooperação, podem criar ambientes de desenvolvimento dos indivíduos, ainda que esse contato varia muito, pois esta relação está condicionada a diversos fatores (FILHO, 2000, *apud*, XAVIER; CAVASSA; ROMERO, 2020).

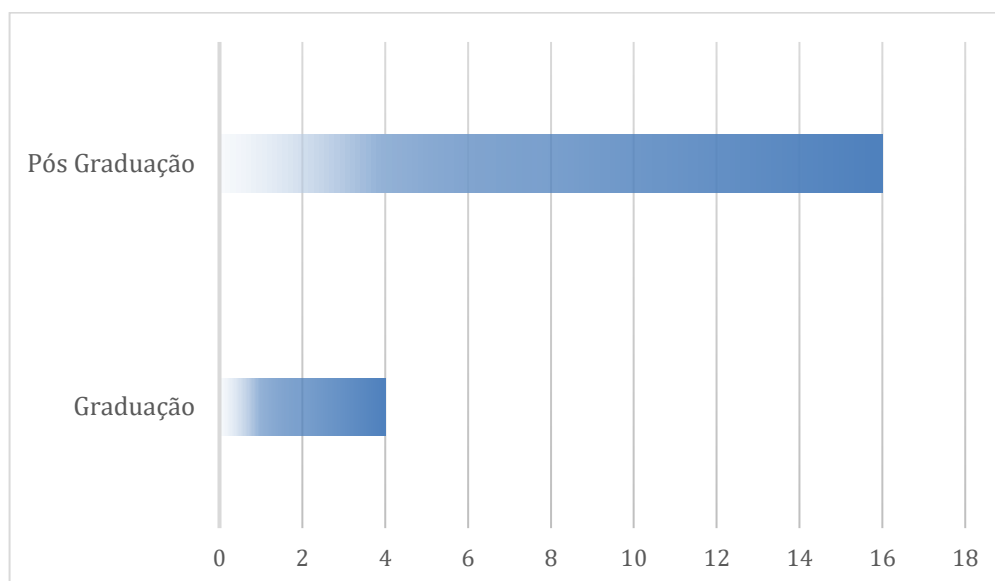
Tendo em vista que é necessária a parceria da escola com a família, é necessário ressaltar a questão da preparação dos profissionais de Educação para o atendimento dos alunos com deficiência, sendo este um dos desafios pontuados pelos professores pesquisados. Assim, o próximo tópico irá tecer sobre o desafio que permeia a falta de preparo dos profissionais de educação para o atendimento e atuação com alunos com deficiência.

### **O despreparo de profissionais de educação para o atendimento dos alunos com deficiência**

Outro desafio também relatado pelos professores pesquisados, no que se refere aos desafios no processo de escolarização de alunos com deficiência, foi pontuado a questão do despreparo dos profissionais de educação para atuar e lecionar para os alunos com deficiência.

Diante disso, ao analisar a formação dos professores pesquisados, observou-se que a grande maioria possui formação em nível superior, a graduação em pedagogia ou em licenciatura correlacionada e pós-graduação, isso mostra que, de alguma forma, todos tenham passado por experiências de estudo, estágio e pesquisa, inerentes à grade dos cursos a qual possui graduação, subentende que possuem um conhecimento e uma bagagem de conhecimento com relação à educação. Os resultados com relação à habilitação/formação foram os seguintes:

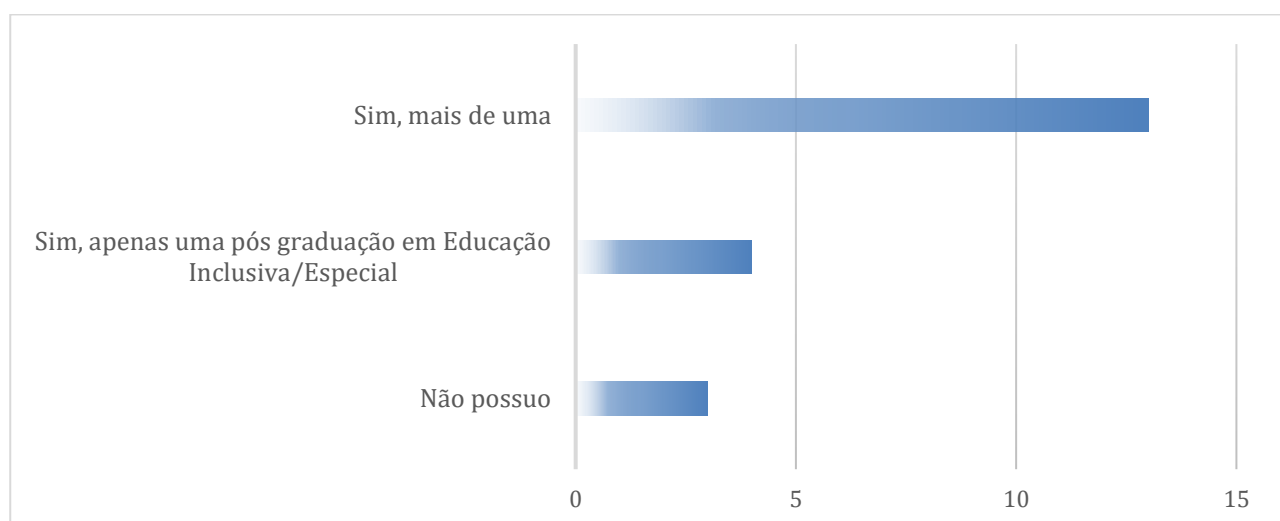
Gráfico 1 – Formação acadêmica dos professores participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras – Dados da pesquisa (2021).

Nota-se que, dos 20 professores pesquisados, 80% possuem além da graduação, formação em cursos de especialização, ou seja, a pós-graduação. Desses professores que possuem pós-graduação apenas 65% deles possuem mais de uma formação continuada voltada para a Educação Especial/Inclusiva, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Formação continuada dos professores participantes da pesquisa.



Fonte: elaborado pelas autoras – Dados da pesquisa (2021).

Para além da formação acadêmica, os professores pesquisados possuem um tempo bem significativo de experiência atuando com alunos com deficiência, 15% dos professores pesquisados possuem até 2 anos de experiências e 85% possuem de 5 anos a 10 anos de experiências na sala de recursos ou no AEE.

É nítido que mesmo que a grande maioria dos professores pesquisados tenham formação continuada em Educação Inclusiva, ainda é relatado pelos professores o desafio a falta de preparado de outros profissionais de Educação para o atendimento de alunos com deficiência, seria então uma falha dos cursos de formação de professores na formação de professores mais habilitados e preparados para atuar com o público-alvo da Educação Especial, cursos de formação, proporcionando subsídios para atuação com alunos com deficiência. É possível ainda os professores estarem despreparados e não conseguirem atuar com alunos com deficiência, ou seria, a falta de uma perspectiva inclusiva nos professores, sendo que alguns profissionais não querem ou não possuem entusiasmo para trabalhar com alunos com deficiência?

Sobre isso, uma das professoras menciona que é necessário mudar a "A mentalidade dos profissionais, pois são poucos que acreditam nos alunos com deficiência" – P7, ainda nessa perspectiva, a professora P6 menciona que o desafio é o despreparo dos profissionais de educação, pois esses profissionais acabam que "desestruturando toda e qualquer estrutura". A professora P10 menciona que há "desinteresse e despreparo dos profissionais resistentes ao diferente". É maravilhoso ter alunos que se destacam no aprendizado! Mas, é trabalhoso o diferente".

Posto isso, percebe-se que para que o processo de inclusão ocorra é necessário ir para além da formação acadêmica dos professores, "há a necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e a de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar" (VITTA; VITTA; MONTEIRO, 2010, p. 425), isso deve refletir não só do trabalho do professor, mas também de todos os profissionais que estão envolvidos na escola.

Tendo em vista essa questão do despreparo dos profissionais de educação para o atendimento dos alunos com deficiência, foi perguntado para os professores se eles se sentem seguros para desenvolver um trabalho que atenda às características de alunos com deficiência, notou-se que dos (n=20) professores, (n=17) se sentem seguros para atuar com alunos com deficiências, mas, mesmo se sentido seguro, os professores relataram que nem sempre essa segurança é de cem por cento, sempre há empecilhos que acabam se desmotivando. Isso fica evidente na fala de algumas professoras ao fazer essa pergunta.

Sim, me sinto segura e às vezes frustrada. Acredito que precisaríamos de um projeto para trabalhar junto com as famílias.

Acredito que todos os especialistas presentes na vida da criança, deveriam sentar-se e juntos com a família procurar caminhos e estratégias para o melhor desenvolvimento da criança – P14.

Percebe-se que essa professora, ao mesmo tempo em que diz que se sente segura para desenvolver um trabalho com alunos com deficiência, relata que possui frustrações, a mesma não quis relatar quais são essas frustrações, mas pode subentender que essas frustrações podem estar relacionadas à falta de recursos para atuar com alunos com deficiência, tendo vista que esse também foi um dos desafios mencionados pela professora P14 e também a questão do envolvimento e aceitação da família, que pode dificultar o trabalho colaborativo para desenvolvimento de estratégias.

Outro professor dá um depoimento bem pertinente com relação ao sentimento de segurança em relação ao trabalho pedagógico com alunos com deficiência, o professor expôs:

Sentir-se seguro é uma afirmação muito forte. Penso que, com esses alunos, o aprendizado é constante e bilateral. Eles aprendem conosco, e nós aprendemos com eles. Por exemplo, dois alunos com autismo, não vão ser iguais, então a forma que trabalho com os dois tem que ser diferente, a forma com que apresento e desenvolvo o conteúdo, a forma de estipular uma rotina, de inserir a socialização e demais questões. À medida que o tempo passa, ficamos mais confiantes em relação ao trabalho com cada aluno, pois você acaba pegando o ritmo de vivência de cada um, é uma dicotomia, uma via de mão dupla – P10.

Mediante a esse relato, pode-se concluir que a formação continuada é de grande valia no processo pedagógico com alunos com deficiência concomitante ao convívio diário, fazendo com que o professor continue sempre se renovando, a aprimorar cada vez mais seu fazer pedagógico em prol do desenvolvimento do aluno.

## **5. Considerações Finais**

A experiência advinda da investigação e as reflexões possibilitadas por meio dessa pesquisa permite-se tecer algumas considerações com relação aos desafios que permeiam o processo de escolarização dos alunos com deficiência, especificamente no Ensino Fundamental I, mostrando que ainda existem muitos desafios a serem superados para que então a inclusão dos alunos com deficiência possa ocorrer com êxito.

Mesmo com tantas legislações em prol da Educação Inclusiva, ainda assim, nos deparamos com barreiras que permeiam a realidade das instituições escolares, que perpassam o pedagógico, mas que ainda necessitam de ações que ampliem os recursos à acessibilidade para que, de fato, o processo de escolarização dos alunos com deficiência possa se dar com mais equidade. É preciso que as famílias dos alunos com deficiências estejam presentes no desenvolvimento de estratégias que irão auxiliar no desenvolvimento do aluno, no entanto, é necessário também que essas famílias sejam assistidas e apoiadas para que possam aceitar e compreender melhor as necessidades e singularidades do filho.

Por fim, há a necessidade de se ressignificar a relação dos profissionais que fazem parte da comunidade escolar, principalmente o professor regente e o professor de apoio, para que, estes, juntos, possam realizar diversos trabalhos coletivos em prol de uma educação inclusiva e promover oportunidades de aprendizagem equitativa para todos os alunos, caminhando assim, rumo a uma sociedade e a uma escola mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELA, Sergio. Núcleos de Significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Revista Psicologia, Ciência e profissão**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2021

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**, São Paulo – SP, Moderna, 2001.

BARBALHO; Ystefhani Cibely Marina de Oliveira; LEMOS, Thalita Desirré. Rompendo as barreiras da inclusão no ambiente escolar: estudo de caso em uma escola no Recife. V Conedu - **Congresso Nacional de Educação**. 2018. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV17\\_MD1\\_SA10\\_ID8558\\_17092018000613.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV17_MD1_SA10_ID8558_17092018000613.pdf). Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 168 p.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L131](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L131). Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. Portaria Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010. Secretaria de Direitos Humanos Brasília. 2010. **Lex**: Coletânea de Legislação e Jurisprudência,



Brasília, DF. Disponível em:

[https://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port\\_2344\\_pcd.pdf](https://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf). Acesso em: 5 dez. 2021.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: 5 dez. 2021

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, v. 32, 2007. Disponível

em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>. Acesso em: 10 dez. 2021

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: editora IBPEX. 2005.

FRANCO, Marco Antonio Melo. **Paralisia cerebral e práticas pedagógicas:**

*(in) apropriações do discurso médico*. 2009. 134f. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde – Saúde da Criança e do Adolescente– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Valéria Amorim Arantes (org.). 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2006.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de**

**Acessibilidade na educação infantil e no ensino superior**. São Carlos: Marquezine e Manzini: ABPEE, 2014.

MENDES, Conrado Hubner. **A família na Educação Inclusiva**. DIVERSA: educação inclusiva na prática. 2014. Disponível

em: <https://diversa.org.br/artigos/a-familia-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Escola inclusiva: barreiras e desafios.

**Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba**, v. 1, n.1, p. 4-16, 2013. Disponível em:

<http://revistasdigitais.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/801/919#:~:text=Dentre%20as%20barreiras%20que%20impedem>. Acesso em: 24 mar. 2021.





NEPOMUCENO, Maristela Ferro; ASSIS, Raquel Martins; FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. Apropriação do Termo "Pessoas com Deficiência". **Revista Educação Especial**. 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43112>. Acesso em: 26 mar. 2021.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseane Maria. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017

SASSAKI., Romeu Kazumi. **Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. A Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319) Acesso em: 25 ago. 2021.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri; VITTA, Alberto; MONTEIRO, Alexandra Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.3, p.415-428, Set.-Dez., 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/30127/S1413-65382010000300007.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2021

XAVIER, Bruna Gonçalves; CAVASSA, Francisca Iracema de Souza; MARQUES. Heitor Romero. **O papel Recebido da família para a concretização da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino regular**. Jus.com.br. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/84471/o-papel-da-familia-para-a-concretizacao-da-educacao-inclusiva-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-regular>. Acesso em: 15 nov. 2021

Enviado em: 14 de abril de 2022.

Aceito em: 29 de novembro de 2022.

Publicado em: 31 de janeiro de 2023.